

## Introdução

Na cultura brasileira, e mais especificamente a nordestina, as mulheres de tradição africana, do campo e das periferias, são depositárias de poderes extraordinários. Os dons que elas expressam através de seu poder escapam das análises racionalistas e se impõem como autoridades no meio das massas empobrecidas (GEBARA, 1991, p. 6). E é nesta tradição de poder que surgem Zeferina e tantas outras mulheres que durante muito tempo ficaram esquecidas pela história brasileira. Trazê-las a público é lançar um novo olhar sobre a escravidão no Brasil, afirmando que os personagens femininos tiveram poder predominante – e determinante – no processo de libertação dos negros e legitimação da cultura africana em solo brasileiro.

Mas quem foram essas mulheres? Na figura de Zeferina, é possível conhecer, mais detalhadamente, as marcas de muitas delas, assim como o poder que elas exerceram. Até que ponto esse poder foi um elemento que facilitou na luta em Urubu, ocorrida no século XIX, no Quilombo do Urubu – atual Parque São Bartolomeu, subúrbio da capital da Bahia? Na atualidade, a história de Zeferina tem sido reconstruída pelos moradores do subúrbio de Salvador, enquanto referencial de poder de resistência criativa às muitas práticas de exclusão social de herança imperialista, racista, sexista, patriarcal.

Reconstituir esta história, respondendo as questões relativas à identidade de Zeferina, ao tipo de poder exercido, sua organização e importância em Urubu, é um dos objetivos deste artigo, fruto de pesquisa em fontes documentais e orais. Uma história que

começou a ser contada desde o período em que os primeiros escravos aqui chegaram, e Zeferina é um dos capítulos ainda pouco conhecidos, mas de grande relevância para a compreensão do povo africano em solo brasileiro. Segundo Maria Inês Cortes de Oliveira, Zeferina é de origem angolana e, na primeira metade do século XIX, foi trazida ainda criança, nos braços de sua mãe Amália, e já na condição de escrava (OLIVEIRA, 1996, p. 178).

## Perspectiva histórica do poder de Zeferina

Na historiografia oficial, Zeferina é trazida para o centro das atenções dos escritores escravistas coloniais e dos comprometidos com as questões negras, sendo mencionada superficialmente enquanto líder do Quilombo do Urubu. Zeferina recebe títulos de rainha, chefe, quilombola, guerreira, ligada a uma casa de Candomblé localizada no centro desse quilombo. Por ocasião do levante, ela foi presa e obrigada a exercer diversos trabalhos forçados.

Para a história passada de geração a geração, Zeferina faz parte de um capítulo da história da Bahia, foi uma descendente direta de escravos e fundou o Quilombo do Urubu para proteger a si e seu povo da escravidão. Ali, junto com os índios, organizou os escravos fugitivos, sendo uma grande liderança desse quilombo, situado na região do subúrbio de Salvador, pois foi uma grande guerreira que, bravamente e com habilidade, lutou com as tropas policiais para libertar “sua gente” da submissão e opressão. Como líder, Zeferina foi levada presa e morreu na prisão, e seus restos mortais foram sepultados em algum lugar do Cabula.

A história do poder de Zeferina faz parte das muitas histórias das mulheres negras atuais: retalhos de histórias – a exemplo de Nzinga Mbandi em Matamba e Angola, Aqualtune e Dandara em Palmares, Tereza em Mato Grosso, Mariana no Rio de Janeiro, Felipa Maria Aranha na Amazônia, além das “feiticeiras” e anônimas líderes quilombolas (BARBOSA, 2003, p. 161-169). A mulher negra, para resgatar sua identidade, vem encontrando apoio em grupos organizados por mulheres negras que abrigam, dentro de um corpo, várias personalidades, historicamente marcadas, a partir de uma tradição primordial africana. Mulheres negras, heroínas, guerreiras; personalidades multifacetadas que se confundem e se completam a fim de fazer realçar o *glamour* e a nobreza do seu povo (EGYDIO & OLIVEIRA, 1999, p. 40).

A maioria dos relatos que mencionam a líder Zeferina retratam episódios em que esta guerreira enfrentou os soldados até o fim, armada com arco e flecha. O presidente da província, maior autoridade da época na Bahia, reconheceu nela capacidade de liderança, chamando-a de rainha (REIS, 1986, p. 75).

Na Bahia, a experiência de resistência de mulher afro-descendente tem mostrado a capacidade feminina de criar diversas estratégias a fim de burlar e resistir às exclusões sociais vigentes. Desde o período colonial, a história de resistência das mulheres negras tem permitido que elas usem diversas estratégias a fim de saírem da condição de vítima do sistema escravista, ocupando espaço organizado de resistência e poder. Esta experiência está evidenciada na luta de sobrevivência e resistência da comunidade dos quilombolas em Urubu, representada no ato guerreiro da líder Zeferina.

A líder Zeferina foi uma escrava e quilombola que, ao persistirem, seu ideal de liberdade, protagonizou a história de resistência quilombola dentro de uma especificidade de gênero em Urubu. Hoje, sobretudo as mulheres da Associação Quilombo Zeferina lutam por manter viva a memória de resistência dessa líder guerreira como meio de se apropriar de uma herança enquanto referencial de resistência na luta contra a exclusão social atual a partir do bairro de Pirajá, à beira do Parque São Bartolomeu – local de grande expressão da religiosidade negra e que acolheu o Quilombo do Urubu, liderado por Zeferina até 1826.

Devido à sua prática revolucionária, a favor do seu povo, sobretudo no levante de 17 de dezembro de 1826, através da tradição oral, ela recebeu conhecimento, desde criança, do sistema matrilinear de origem banto, presente na cultura tradicional africana. Essa tradição oral de resistência cultural serviu para salvaguardar um arcabouço que envolveu conhecimento histórico, mítico e místico de resistência de matriz do sistema matrilinear de Angola. Ainda mais, suspeita-se que o poder de Zeferina tenha vindo da herança de sua ancestralidade e que tenha sido uma das sacerdotisas do Candomblé que se localizou no centro desse quilombo.

### **Ancestralidade e poder**

Por isto, é fácil imaginar que o exercício de poder de Zeferina enquanto líder do Quilombo do Urubu se deu dentro de uma relação dinâmica de estratégia, de partilha, de conflito, de democracia, de representação. Imagina-se também que esta prática de poder, a partir de sua luta por justiça e de ação representativa de si mesma e da comunidade, questionou as relações hierárquicas patriarcais colonialistas de poder, o exercício desse poder escravista

excludente, apresentando, a partir de ação alternativa em Urubu, forma de superação das mesmas.

Zeferina foi dotada de conhecimento histórico e de ancestralidade de origem africana. Ela exerceu um poder revolucionário enquanto líder no Quilombo do Urubu a favor de si e do seu povo escravizado, e este poder foi resultado de uma criativa reconstrução do conhecimento histórico, mítico e místico, sobretudo do sistema matrilinear de Angola, da tradição das guerreiras e quilombolas, indo da rainha Nzinga até as anônimas brasileiras, e este poder vem sendo dinamicamente recriado enquanto referencial de resistência pela atual comunidade local.

A maior parte do conhecimento de Zeferina era de raiz africana, originário da herança matrilinear de Angola, que se processou através da tradição oral, tendo sua mãe Amália como educadora responsável por perpetuar os conhecimentos de suas ancestrais, guerreiras, quilombolas<sup>2</sup>. E é este poder, originário do saber de raiz, que esta líder herdou, ainda criança, que se encarnou na totalidade do seu ser, transformando-o em práxis libertária a favor do seu povo em Urubu.

Na África, sobretudo no período pré-colonial, havia dois sistemas determinantes na estrutura familiar dos povos banto e que foram adotados também pelos povos que vieram para Angola: o patrilinear e o matrilinear. No sistema matrilinear, a mulher estava associada à agricultura, ocupando um lugar de destaque na sociedade; era ela quem garantia a subsistência da família, estabilizando a economia do grupo (GOMES, 1992, p. 21-2). Onde quer que fosse possível a adoção desse sistema:

A parentela evidenciava-se pela sucessão de mulheres; a filiação era uterina e o filho passava para a

linhagem materna. Os bens eram herdados por herança materna. O marido deixava a sua aldeia de origem e passava a habitar na da mulher. Os filhos pertenciam à família materna e o verdadeiro pai é o tio materno uterino (irmão da mãe) que detinha a autoridade com o próprio progenitor. (ALTUNA, 1974, p. 106-7).

Na organização social matrilinear, a mulher detinha uma grande parcela de poder expresso na dimensão política, religiosa, educativa, assumindo função de protagonista histórica da tradição de sua família, seu clã, sua tribo. A organização social deste povo se estruturava na formação de aldeias onde residiam as famílias, os clãs e as tribos. A vida era simples. A solidariedade entre as pessoas era o traço mais comum. A comunidade é que dava o valor da vida social onde eram importantes os usos e costumes. A pessoa nascia, desenvolvia-se, realizava-se dentro deste grupo; ao mesmo tempo, era a comunidade que dava grandes lições de vida, desenvolvendo uma dimensão educativa. A solidariedade era tão forte a ponto de reforçar a fraternidade entre as pessoas e intensificar os laços de parentesco (HAMA & ZERBO, 1982, p. 65-67).

Através da tradição oral, Zeferina deve ter herdado o saber necessário que lhe conferiu poder expresso na organização dos quilombolas em Urubu e na luta de resistência, salvaguardando a herança de ancestralidade.

### **Zeferina e a religião africana**

A Bahia herdou uma continuidade cultural e religiosa africana que foi dinamicamente reelaborada. Ali, a partir dos quilombos e dos terreiros, as mulheres negras tiveram significativas contribuições no processo de reconstrução da sociedade afro-baiana.

Portanto, não é difícil suspeitar que o poder que Zeferina expressou na luta de organização e nas táticas de resistência anti-escravista em Urubu tenha sido de ancestralidade, originário da tradição das Yami, da linhagem da princesa Ishedale e do orixá Iansã.

Portanto, assim como ser de Iansã é sentir-se muito respeitada, querida e apontada como símbolo de guerra, de transgressão, de justiça e de transposição de morte em prol da vida, Zeferina, líder quilombola, demonstrou em sua política de ação libertária em Urubu uma conduta ética que buscou expressar vários aspectos dos atributos desse orixá, enquanto líder carismática respeitada e querida, guerreira na luta de justiça a favor de seu povo oprimido e que, transgredindo as ordens do assassino colonizador, superou o medo da morte em ligação com a África.

No Quilombo do Urubu, Zeferina pertenceu ao Candomblé de Angola, atual Bate Folha. Por ter pertencido à religião dos orixás, Zeferina deve ter tido seu poder legitimado pelo seu passado de profunda e madura inserção nesse universo místico constituinte da cultura matrilinear africana. O que nos leva a suspeitar que, além de líder quilombola, tenha sido uma das lideranças espirituais do terreiro, que até hoje é símbolo de um lugar de resistência anti-escravista, e que sua sucessão, enquanto mãe-de-santo, tenha dado por processo de consangüinidade e/ou por ancestralidade (JOAQUIM, 2001, p. 129).

Zeferina foi marcada por uma atitude política contraditória e subversiva, nesse Quilombo, na luta contra o sistema escravista e em defesa de seu povo negro, por ocasião do levante em 1826, no subúrbio de Salvador. É fácil caracterizar a postura transgressora de Zeferina, defendendo a vida e a justiça, sempre associando-se à “personalidade”

de Iansã. Além dos Orixás Oxum, Oxumaré, Ossoxi, Ogum, Nana, espíritos de caboclos que eram (e ainda são) cultuados naquele lugar sagrado onde residia, o Quilombo e o Candomblé, conferindo significação simbólica e política àquela comunidade plural.

A resistência e a luta das mulheres contra a escravidão se eternizaram, resgatando uma forma de participação informal exercida, quase sempre, fora de esferas de poder e dos quadros políticos partidários, mas importante e eficiente. É neste contexto de escravidão e resistência que surge Zeferina enquanto líder quilombola e guerreira.

### **O poder de Zeferina**

No contexto de escravidão baiana, o referencial do poder representativo de Zeferina é parte da luta pela sobrevivência e que se destacou na organização de estratégias em defesa do grupo de que participava em Urubu. Portanto, o verdadeiro poder de Zeferina achava-se na posse do grupo, e a existência de sua duração se mede pela coesa manutenção da comunidade negra da resistência. O poder representativo e relacional que ela exerceu foi diluído entre as demais lideranças e quilombolas. Ali, a coesão grupal estava assegurada pela solidariedade imposta em comum e pelo culto dos ancestrais.

A organização histórica política e sociocultural dessa comunidade plural se deu de forma democrática. E, neste caso, a líder Zeferina não exerceu um poder de cima para baixo, não liderou sozinha, mas, enquanto uma das representantes desse espaço de políticas contraditórias ao sistema escravista, organizou a luta de resistência anti-escravista em conjunto com os demais quilombolas.

O poder dessa líder guerreira possuía uma característica multifacetada que, dependendo da circunstância política e

dentro de uma estratégia, expressou atributos carismáticos e organizativos, sendo legitimado pela autoridade do conhecimento de raízes matrilineares africanas e da herança de ancestralidade. Foi um poder estratégico, relacional, imperativo, democrático, singular e plural. A partir do subúrbio baiano, na primeira metade do século XIX, essa caracterização de poder de herança, autorização e representação interna serviu para entusiasmar, organizar e capacitar a comunidade quilombola na luta de sobrevivência e de resistência anti-escravista colonial.

A autoridade do poder de Zeferina foi legitimada pela aprovação e unidade dos quilombolas em Urubu e serviu como instrumento facilitador do crescimento dessa comunidade de resistência da qual fazia parte, exercendo um modelo de liderança, sobretudo carismática, contando com a presença de alguns conflitos, sobretudo de influências externas. Seu estilo sociopolítico de atuação refletiu o modelo religioso do Candomblé de Caboclo, onde se experimentava a partilha de conhecimento, de saber de poder, de desejo de transgressão e superação da situação de exclusão social.

O poder de Zeferina possuía um dinamismo que passava pela estrutura organizacional do Terreiro, cuja finalidade era (é) desenvolver princípios que promovessem vontade de superar os limites do lugar social que constituiu o contexto de uma vida pessoal e político-social (SIQUEIRA, 1998, p. 426). Este poder se traduziu no bem-estar, buscando priorizar os direitos das pessoas idosas e das crianças, além de salvaguardar o modelo de família extensa e simbólica dessa comunidade mista de resistência anti-escravista em Urubu.

O poder de Zeferina pode ser visto como força social de resistência, que

buscou atuar no centro do sistema escravista enquanto elemento de transformação e reconstrução social. O poder dessa guerreira foi exercido de forma coesa, fora dos padrões sociais normais e se expressou em meio ao conflito. No exercício de um poder representativo em Urubu, Zeferina privilegiou a preservação da família extensa, a solidariedade entre os “parentes”, e seu governo foi exemplo de que a mulher assumiu função de liderança a partir de base cultural solidamente autônoma (MOURA, 1989, p. 36-7).

O poder de Zeferina tem feito parte da memória histórica de resistência da comunidade suburbana que tem permitido salvaguardar essa história de luta enquanto referencial guerreiro de resgate da auto-estima dessa população excluída, sobretudo economicamente. É nesta compreensão mítica de resistência negra que a heroína Zeferina “renasce das cinzas”, conferindo poder de memória subversiva a cada ato de protesto e luta de libertação no bairro do atual quilombo e localidades aos arredores.

O que legitimou tal poder foi o apelo ao passado de resistência, sobretudo das antepassadas e ancestrais, e a eficácia desse poder se expressou na luta por preservação da dignidade, traduzida na luta pelo direito de cidadania e de visibilidade da comunidade excluída ali. E, neste caso, o saber de resistência cultural de Zeferina foi também originário daí. Este saber se traduziu em poder de resistência que capacitou essa angolana para desenvolver uma práxis plural de poder e de respeito à alteridade. Neste sentido, a rainha Zeferina, através das formas organizativas de quilombo-terreiro buscou no relacionamento entre as diversas etnias de origem afro e brasileira o reencontro de uma

democracia de verdade com dimensões político-religiosas.

No processo de inserção e vivência na religião dos Orixás, Zeferina desenvolveu a plenitude de sua potencialidade, conquistando a confiança e o segredo inviolável que lhe atribuiu poder de pertencimento e de filiação ao sistema místico dessa tradição ancestral. A autoridade espiritual dessa possivelmente ialorixá transcendeu o âmbito dos quilombolas enquanto capacidade administrativa, político-social, humana e religiosa na primeira metade do século XIX, no subúrbio baiano.

A fonte do poder de Zeferina foi o conhecimento histórico, mítico e místico de resistência. No Quilombo do Urubu, este poder, resultante do saber e da sua capacidade, foi construído na luta de sobrevivência e organização deste espaço alternativo. Hoje, nos bairros do subúrbio baiano, sobretudo pela Associação Quilombo Zeferina, o poder dessa guerreira vem sendo reconstruído enquanto protagonista histórica de uma memória subversiva e perigosa de resistência afro-brasileira.

## Conclusão

O poder de Zeferina se traduziu na luta de sobrevivência, organização e resistência no Quilombo do Urubu. A fundamentação desse poder passou pela herança de ancestralidade, pelo conhecimento de raiz da cultura matrilinear angolana, pelo profundo conhecimento histórico sobre a resistência da rainha Nzinga Mbandi e pela sua inserção na tradição de quilombolas guerreiras. Seu poder foi legitimado pelos quilombolas na luta de efetiva participação contra a escravidão colonial.

Hoje, assim como no passado, as práticas de exclusão social no subúrbio

ferroviário de Salvador atingem mais diretamente as mulheres negras e a localização de suas moradias. Mas são essas mulheres excluídas pela sua condição de gênero, pela sua raça, pela sua condição social, pela localização residencial, pelo seu baixo nível educacional, por prática de espiritualidade de origem africana que buscam reconstruir, em consonância com a participação dos homens, jovens e crianças, a história de resistência de seu povo, a partir do resgate criativo do poder e atuação da líder Zeferina, enquanto aquela que teve poder de desenvolver práticas de enfrentamento, resistência, transgressão e de superação alternativa do sistema escravista a partir de sua liderança no Quilombo do Urubu.

O ato de ritualização da luta nesse espaço de resistência permite que os remanescentes quilombolas mantenham acesa a memória histórica de resistência e o desejo de reconstruir suas histórias e identidades. Este exercício se dá a partir da rememoração do poder representativo de si mesma e da comunidade quilombola dessa extraordinária guerreira.

Ainda hoje, o poder dessa ancestral alimenta os sonhos de afros-descendentes, fazendo surgir, desde 1999, no mesmo chão onde negros/as experienciaram a dor, a luta, a morte, a liberdade, a *Associação Quilombo Zeferina*, exercendo atividades com mulheres, adolescentes e crianças – priorizando a valorização e a reconstrução da auto-estima da pessoa humana, buscando reintegrá-la no contexto social. O poder de Zeferina, além de ser um referencial de resistência aos moradores de Pirajá e arredores, é, anualmente, ritualizado enquanto memória subversiva de resistência, na *Caminhada do 20 de Novembro – Dia Nacional da Consciência Negra*, pela comunidade afro-brasileira do subúrbio

baiano. Invocar o poder de Zeferina significa a recuperação de uma memória subversiva em favor da luta dos remanescentes quilombolas, pois “essa mulher tem poder”.

Mas construir criativamente essa memória de resistência na perspectiva negra feminista significa “abrir caminhos por entre os silêncios e prejuízos da memória histórica para reapropriar-se do passado das mulheres que participaram como agentes históricos de transformação social, cultural/religiosa” (FIORENZA, 1996, p.110). Portanto, reconstruir o poder de Zeferina, enquanto resultado de um saber originário do processo de formação do conhecimento histórico, mítico, místico de resistência é propor que se celebre no local onde acolheu o Quilombo do Urubu, a cada 17 de dezembro – o dia da imortalidade de Zeferina – resgatando seu poder de memória subversiva na tradição de quilombolas guerreiras a partir de Angola, visto que nossa herança é nosso poder.

*Artigo aceito para apresentação no X  
Simpósio Baiano de Pesquisadoras/es  
“Gênero, Idades e Gerações” em  
03/12/04*

### Referências bibliográficas

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- ALTUNA, Raul. *Cultura Banto e cristianismo*. Luanda: Ancora, 1974.
- BARBOSA, Silvia Maria Silva. *O poder de Zeferina no Quilombo do Urub: uma reconstrução histórica político-social*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo – SP, 2003.
- EGYDIO, Silva; OLIVEIRA, Kiussam Regina de. Yabas: mulheres negras, deusas, heroínas e orixás: personalidade sem fronteiras. *Revista Cultural/Vozes*, Rio de Janeiro, n.7, p. 30-41, jul./ago. 1999.

- FIORENZA, Elisabeth Schüssler. *Pero Ella dijo*. Sagasta: Frotta, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- GEBARA, Ivone. *Poder e não poder das mulheres*. São Paulo: Paulinas, 1991.
- GOMES, Eva das Dores Benedito Pedro. *O papel da mulher na sociedade e na Igreja de Angola: uma tentativa de recuperar suas memórias históricas*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Teologia, Universidade Metodista de São Paulo – UMESP, São Bernardo do Campo, 1992.
- HAMA, Boubou; ZERBO, J.Ki. Lugar de história na sociedade africana. In: *História geral da África*. São Paulo: Ática, 1982.
- JOAQUIM, Maria Salete. *O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra*. Rio de Janeiro: Educ; São Paulo: Pallas, 2001.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1989.
- OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades de africanos no século XIX. In: Dossiê Povo Negro: 500 anos. *Revista da USP*, São Paulo, n. 28, dez. 95/fev. 96, p. 174-193.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SERRANO, Carlos M. H. Ginga, a Rainha Quilombola de Matamba e Angola. In: Dossiê Povo Negro: 300 anos. *Revista da USP*, n. 1, mar./maio. 1989.
- SIQUEIRA, Maria de Lourdes. *Agô Agô Lonan: mitos, ritos e organização em terreiros de Candomblé da Bahia*. Belo Horizonte: Mazza, 1998.

### Notas

- 1 Bacharel em Teologia, Licenciada em Filosofia (UMESP). Especialista em Teologia e História Latino-americana (IEPG/EST). Mestre em Ciências da Religião (UMESP). Aluna do Doutorado em História Social (UFBA). Professora de Filosofia e Teologia. E-mail: silrefigare@hotmail.com
- 2 Sobre processo de formação oriundo da tradição oral africana vide Roger BASTIDE, *As Américas Negras*, 1974, p. 34 ss.